

Demonstrações Financeiras

Estreito Participações S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente

Estreito Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Estreito Participações S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Estreito Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia a, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador CRC-1SP246234/O-0

Estreito Participações S.A.

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.771	29.351	Fornecedores		545	382
Impostos a recuperar		247	149	Salários e encargos sociais		61	54
Partes relacionadas	8	7.662	6.958	Impostos a recolher		1.207	952
Outros ativos		140	116	Dividendos a pagar	8	14.754	3.428
Total do ativo circulante		48.820	36.574	Partes relacionadas	8	-	9
Não circulante				Passivos de arrendamento		12	13
Títulos e valores mobiliários	5	694	691	Outras obrigações	10	1.647	1.148
Depósitos judiciais		16	15	Total do passivo circulante		18.226	5.986
Partes relacionadas	8	4.090	4.090	Não circulante			
Direito de uso em arrendamentos		27	37	Provisão para riscos	9	279	256
Imobilizado	6	158.803	167.281	Passivos de arrendamento		15	24
Intangível	7	26.216	5.197	Outras obrigações	10	9.567	7.618
Total do ativo não circulante		189.846	177.311	Total do passivo não circulante		9.861	7.898
				Patrimônio líquido			
				Capital social	11	181.605	181.605
				Reserva de capital		14.554	14.554
				Reserva de lucros		14.420	3.842
				Total do patrimônio líquido		210.579	200.001
Total do ativo		238.666	213.885	Total do passivo e patrimônio líquido		238.666	213.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida de vendas	12	44.908	43.446
Custos das vendas	13	3.813	(15.530)
Lucro bruto		48.721	27.916
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(5.265)	(4.767)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(23)	(21)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		43.433	23.128
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.639	604
Despesas financeiras		(769)	(676)
		870	(72)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.303	23.056
Imposto de renda e contribuição social	14	(1.990)	(1.578)
Lucro líquido do exercício		42.313	21.478
Resultado por ação	15		
Básico/diluído por ação ON - R\$		0,0721	0,0366
Básico/diluído por ação PN - R\$		0,9112	0,4625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	42.313	21.478
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>42.313</u>	<u>21.478</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Patrimônio líquido		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reservas de lucros			
				Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		181.605	14.554	1.625	-	-	197.784
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.478	21.478
Dividendos do ano		-	-	-	-	(19.261)	(19.261)
Destinação:							
Constituição de reserva legal		-	-	1.074	-	(1.074)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	1.143	(1.143)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		181.605	14.554	2.699	1.143	-	200.001
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.313	42.313
Destinação:							
Constituição de reserva legal	11	-	-	2.116	-	(2.116)	-
Dividendos do ano	11	-	-	-	-	(31.735)	(31.735)
Reserva de retenção de lucros	11	-	-	-	8.462	(8.462)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		181.605	14.554	4.815	9.605	-	210.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.303	23.056
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações, amortizações e exaustão	13	9.197	9.857
Amortização de direito de uso em arrendamentos		12	12
Juros e variações monetárias e cambiais		708	924
Repactuação do risco hidrológico	13	(18.651)	-
Provisão de contingências		23	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Partes relacionadas		(704)	(3.445)
Imposto a recuperar		(98)	(134)
Outros ativos		(24)	2
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		163	(330)
Salários e férias a pagar		7	9
Partes relacionadas		(9)	-
Impostos e obrigações a pagar		115	139
Outras obrigações e contas a pagar		(1.092)	(812)
		33.950	29.278
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.851)	(1.559)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		32.099	27.719
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas		(3)	(1)
Aquisição de imobilizado	6	(267)	(226)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(270)	(227)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(20.409)	(15.832)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(20.409)	(15.832)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		11.420	11.660
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		29.351	17.691
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		40.771	29.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Estreito Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 22 de abril de 2015, e está domiciliada na Avenida Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. Sua controladora é a InterCement Brasil S.A.

Atualmente, a principal atividade da Companhia é a participação de 4,44% no Consórcio Estreito Energia - CESTE (“Consórcio CESTE”), que tem por objetivo explorar o potencial energético da Usina Hidrelétrica de Estreito (“UHE Estreito”), cujo prazo de concessão é de 40 anos e 2 meses contados a partir de dezembro de 2002 (já considerada extensão da concessão em 2021 em função da Repactuação do risco hidrológico), quando o contrato de concessão foi assinado.

A energia elétrica gerada pelo Consórcio CESTE, na proporção da participação da Companhia, é adquirida e vendida substancialmente à sua controladora InterCement Brasil S.A., de acordo com preços e termos previamente estabelecidos nos contratos assinados entre as partes. A continuidade operacional da Companhia está condicionada à manutenção dessa estrutura operacional e dos contratos assinados entre essas partes relacionadas.

Efeitos da nova pandemia de Coronavírus (COVID-19)

A administração entende e ressalta a importância das Companhias e seus auditores independentes avaliarem os potenciais impactos da COVID-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta. Nesse contexto, dadas as características da Companhia (que não tem atividade operacional própria), a administração tem monitorado as ações preventivas de combate ao vírus adotadas pelo Consórcio CESTE (investida), que inclui medidas para conter a disseminação da doença na operada em conjunto à fim de minimizar os impactos da pandemia nas áreas administrativas e de operações. Também nos certificamos que a investida analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem afetar a mensuração das provisões e estimativas apresentadas nas demonstrações financeiras, ao risco de realização dos ativos financeiros e não financeiros, ou mesmo alteração significativa de quaisquer outros riscos que a investida está exposta, de modo que não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos ou divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão

Em 08 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei do GSF - Generation Scaling Factor (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito, com compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Em 12 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182, que deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Adicionalmente, em 17 de setembro de 2021 foi publicada a resolução homologatória 2.932/21 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo os efeitos do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, o prazo de extensão da Estreito Participações S.A. é de 1.888 dias equivalente a R\$18.651.

Conforme determinado na resolução normativa ANEEL nº 895/20, a Companhia possuía o prazo de até 60 dias contados da data da publicação da Resolução Homologatória para efetuar as avaliações necessárias e assinar o Termo de aceitação de prazo de extensão de outorga e de desistência e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

Dessa forma, a Companhia efetuou a análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e reconheceu em dezembro de 2021 o montante de R\$18.651 como Direito de concessão (UBP) no Intangível em contrapartida aos Repactuação risco hidrológico na rubrica de Custos de Vendas na demonstração do resultado do exercício.

O montante reconhecido no intangível da Companhia como Direito de concessão (UBP) é equivalente a 1.888 dias de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerra em 01/02/2043.

Em outubro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Repactuação do risco hidrológico - Extensão do prazo de concessão--Continuação

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O ativo constituído na Companhia pela repactuação do risco não hidrológico foi reconhecido ao valor justo, considerando sua participação no Consórcio e a melhor estimativa da Companhia observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE assim como, com base nas regras de cálculo constantes na resolução normativa ANEEL nº 895/20 e prazos de extensão divulgados na resolução homologatória 2.932/21, em contrapartida o resultado do exercício (custo das vendas) uma vez que não se trata de erro passado.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiras (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados investimentos avaliados pela equivalência patrimonial e ativos e passivos mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas financeiras a seguir.

A participação em consórcios é reconhecida linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos, utilizando as seguintes vidas úteis:

	<u>Vida útil</u>
Terrenos (a)	**
Veículos (b)	7 anos
Móveis e utensílios (b)	16 anos
Reservatórios, barragens e adutoras (a)	**
Edificações, obras civis e benfeitorias (b)	25 anos
Máquinas e equipamentos (a)	**

(a) São depreciados linearmente pelo período de concessão que se encerra em fevereiro de 2043.

(b) Depreciação pela vida útil do bem.

2.4. Ativos intangíveis

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos abaixo indicada. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Ativos intangíveis--Continuação

	<u>Vida útil</u>
Software	5 anos
Direito de concessão (Uso do Bem Público - UBP) (a)	**
Outros (terrenos para serventia) (b)	**

(a) Os bens vinculados a concessão são amortizados linearmente pelo período de concessão que se encerra em fevereiro de 2043.

(b) Valores pagos a proprietários de terras, com a finalidade de uso dessas terras para instalação da linha de transmissão, considerando o prazo da concessão.

2.5. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.6. Direito de concessão - Uso do Bem Público (“UBP”)

O consórcio CESTE possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

O contrato de concessão do consórcio CESTE também estabelece que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, não havendo obrigações adicionais à Estreito Participações S.A.

2.7. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.7. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita--Continuação

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas:

- Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente.
- Identificação das obrigações de desempenho contratadas.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Uma receita só é reconhecida quando exista controle e não há incerteza significativa quanto à sua realização.

2.8. Tributação

No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de energia elétrica. O imposto de renda e a contribuição sobre as receitas financeiras são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10%, quando aplicável) e de 9%, respectivamente.

2.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado.

a) *Custo amortizado*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios seja receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, ou a venda de ativos financeiros.

c) *Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadre nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) ao valor justo por meio do resultado.

a) *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujos fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

b) *Valor justo por meio do resultado*

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “*hedge*”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “*hedge*”.

Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais

Contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros são classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado.

Perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- (a) *Perdas de crédito esperadas para 12 meses*: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.
- (b) *Perdas de crédito esperadas para a vida inteira*: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

2.11. Títulos e valores mobiliários

Representados por aplicações financeiras restritas que serão utilizadas de forma vinculada à obrigação do Consórcio junto à FUNAI, conforme Nota 5. Essas aplicações financeiras estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e estão registrados ao valor justo por meio do resultado.

2.12. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

<u>Normas</u>	<u>Data de início</u>
IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência	01 de janeiro de 2021
IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	30 de junho de 2021

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 em função das respectivas adoções.

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.12. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)--Continuação

Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas--Continuação

<u>Normas</u>	<u>Data de início</u>
• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros	01 de janeiro de 2023
• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2023
• Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2022
• Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01 de janeiro de 2022
• Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01 de janeiro de 2022
• Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura	01 de janeiro de 2022
• Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").	01 de janeiro de 2023

3. Principais julgamentos financeiros e fontes de incerteza nas estimativas

Na aplicação das práticas financeiras da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Uso de estimativas

As estimativas financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para riscos anualmente.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	10	16
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	40.761	23.698
Debêntures (b)	-	5.637
Total	<u>40.771</u>	<u>29.351</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações em CDBs apresentam rentabilidade entre 70% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (entre 99% e 99,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

(b) Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo sobre aplicações em Debêntures, pois houve resgate total em 28 de fevereiro de 2021 (em 31 de dezembro de 2020 a rentabilidade era de 70% do CDI).

5. Títulos e valores mobiliários (aplicações vinculadas)

	<u>Remuneração</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	95% do CDI	694	691
Total		<u>694</u>	<u>691</u>

Em 14 de outubro de 2010, o Consórcio firmou um compromisso definitivo com a FUNAI Fundação Nacional do Índio, e a Associação WYTY CATE das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, objetivando a execução do programa de apoio as comunidades indígenas no âmbito do UHE Estreito. Esse compromisso visa atender ao componente indígena do processo de licenciamento ambiental do UHE Estreito, envolvendo as terras indígenas Kraolândia, Apinajé, Krikati e Governador, por meio de repasse dos valores acordados no referido termo. Em função desse compromisso, o Consórcio mantém aplicação financeira em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") emitidos pelo Banco do Brasil com possibilidade de resgate antecipado a qualquer momento desde a data da aplicação até a data do vencimento ou renovação. Considerando que tal aplicação está vinculada à obrigação do Consórcio junto à FUNAI, o Consórcio constituiu um Contas a Pagar - FUNAI, classificado no passivo não circulante, reconhecendo assim que essa aplicação será resgatada pela Associação WYTY CATE à medida que o programa de apoio à comunidade indígena estiver sendo executado. O saldo acima contempla os valores devidos mais os rendimentos de aplicação financeira, que também serão repassados à FUNAI.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Imobilizado

	2021		2020	
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	10.999	(4.031)	6.968	7.380
Instalações	3.191	(1.088)	2.103	2.121
Máquinas e equipamentos	65.078	(23.958)	41.120	42.951
Móveis e utensílios	27	(10)	17	19
Veículos	53	(49)	4	7
Reservatório, barragens e adutoras	172.009	(63.525)	108.484	114.166
Imobilizado em andamento	107	-	107	637
Total	251.464	(92.661)	158.803	167.281

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	176.613
Adições	226
Depreciações	(9.558)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	167.281
Adições	267
Depreciações	(8.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	158.803

7. Intangível

	2021		2020	
	Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
Software	71	(67)	4	7
Direito de concessão (UBP)	31.258	(5.167)	26.091	5.061
Outros	351	(230)	121	129
Total	31.680	(5.464)	26.216	5.197

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.087
Adições	409
Amortizações	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.197
Adições (a)	21.471
Amortizações	(452)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.216

(a) Refere-se substancialmente a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, por meio da extensão do prazo de concessão do Uso do Bem Público (UBP) em 5 anos, no montante de R\$18.651 conforme explicado na Nota 1.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à compra e venda de energia elétrica e serviços, como segue:

	2021			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	
	Contas a receber (a)	Outras a receber (b)	Fornecedores	Dividendos a pagar
Controladora:				
InterCement Brasil S.A.	7.662	4.090	-	3.688
Acionista:				
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	11.066
Total em 2021	7.662	4.090	-	14.754
	2020			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	
	Contas a receber (a)	Outras a receber (b)	Fornecedores (c)	Dividendos a pagar
Afilhada:				
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	-	-	9	-
Controladora:				
InterCement Brasil S.A.	6.958	4.090	-	-
Acionista:				
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	3.428
Total em 2020	6.958	4.090	9	3.428

As transações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	2021	
	Vendas	Despesas
Afilhada:		
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	(38)
Controladora:		
InterCement Brasil S.A. (a)	44.005	(75)
Total em 2021	44.005	(113)
Total em 2020	45.040	(109)

(a) Refere-se à venda de energia elétrica, conforme preços e demais termos definidos em contrato. A receita da Companhia é realizada substancialmente com sua controladora InterCement Brasil S.A.

(b) Refere-se às variações patrimoniais do Consórcio Ceste em anos anteriores, ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação e a data efetiva da transferência. O montante foi registrado na Companhia em outras contas a receber e na Controladora em outras obrigações.

(c) Refere-se às despesas com serviços administrativos, relacionados ao centro de serviços compartilhados.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Provisões para riscos

A Companhia e o consórcio CESTE estão sujeitos a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.

A provisão para riscos é composta como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Trabalhistas e previdenciários	98	93
Tributários	6	6
Cíveis e outros (a)	175	157
Total	<u>279</u>	<u>256</u>

(a) O consórcio CESTE possui processos cíveis referentes, principalmente, a indenizações por danos materiais e morais.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2021, o consórcio CESTE possui exposição de R\$4.386 (R\$1.824 em 2020), sendo R\$10 de contingências trabalhistas (R\$10 em 2020), R\$54 de contingências tributárias (R\$52 em 2020), R\$3.758 de contingências cíveis (R\$1.255 em 2020) e R\$564 de contingências ambientais (R\$507 em 2020), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

O Consórcio CESTE possui processos cíveis (polo passivo) referentes, principalmente, à indenização, por danos materiais e morais e ações (polo ativo) de desapropriação, no qual a Companhia possui participação de 4,44%.

10. Outras obrigações

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisões para custos remanescentes de implantação (a)	1.220	1.618
Contas a pagar - FUNAI (b)	694	691
Direito de concessão - uso do bem público (c)	8.826	6.315
Outros	474	142
Total	<u>11.214</u>	<u>8.766</u>
Parcela classificada no passivo circulante	1.647	1.148
Parcela classificada no passivo não circulante	9.567	7.618

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Outras obrigações--Continuação

- (a) Com a entrada da última máquina em operação e conseqüentemente finalização da chamada fase de construção do projeto, o consórcio CESTE provisionou a melhor estimativa de desembolsos remanescentes, previstos nos projetos de implantação da usina.
- (b) Conforme Nota 5, em 14 de outubro de 2010, o consórcio CESTE firmou um compromisso com a FUNAI - Fundação Nacional do Índio, e a Associação WYTY CATE das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, objetivando a execução de programa de apoio às comunidades indígenas. Esse compromisso visa atender ao componente indígena do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Estreito, envolvendo terras indígenas, por meio de repasse dos valores acordados no referido termo.
- (c) Refere-se à obrigação ao Uso do Bem Público (UBP), que são pagos diretamente pelas consorciadas, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M

11. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é representado por 181.597.485 ações nominativas, sendo 146.769.168 ações ordinárias e 34.828.317 ações preferenciais.

Ações preferenciais

As ações preferenciais da Companhia possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício.
- Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos);
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação;
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos; e
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias. Esses eventuais impactos no caso de desinvestimento por parte dos preferencialistas são de responsabilidade da sua controladora InterCement Brasil S.A., portanto, não são registrados nessas demonstrações financeiras.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos

Aos acionistas preferencialistas é assegurado, em cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios de 75% do lucro líquido, em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	42.313	21.478
Constituição de reserva legal	(2.116)	(1.074)
Total	40.197	20.404
Dividendos mínimos obrigatórios - 75%	31.735	16.109
Proposta da Administração:		
Dividendos propostos	31.735	19.261
Constituição de reserva de retenção de lucros	8.462	1.143

Em Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, realizadas ao longo do exercício de 2021, foram aprovados as distribuições e pagamentos, a títulos de dividendos intercalares aos acionistas preferencias e ordinárias, no montante de R\$16.981. E em 31 de dezembro de 2021, foram propostos dividendos sobre o lucro líquido do exercício no montante de R\$14.754 aos acionistas preferencias e ordinárias.

12. Receita líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Venda de produtos (a)	46.609	45.092
Impostos sobre vendas (b)	(1.701)	(1.646)
Total	44.908	43.446

(a) Refere-se substancialmente à venda de energia elétrica à controladora InterCement Brasil, de acordo com os termos estabelecidos em contrato.

(b) Os impostos sobre vendas são compostos por PIS e COFINS.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Natureza de custos e despesas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depreciação e amortização (Notas 6 e 7)	(9.197)	(9.857)
Amortização direito de uso em arrendamentos	(12)	(12)
Serviços de terceiros	(2.421)	(2.208)
Salários e benefícios a empregados	(278)	(328)
Despesas com eletricidade (a)	(5.629)	(5.661)
Repactuação risco hidrológico (b)	18.651	-
Despesas com materiais	(154)	(138)
Despesas tributárias	(495)	(515)
Despesas com seguros	(327)	(284)
Outras contribuições e associações	(1.494)	(1.249)
Outras despesas	(119)	(66)
Total	<u>(1.475)</u>	<u>(20.318)</u>
Custo dos produtos (b)	3.813	(15.530)
Despesas gerais e administrativas	(5.265)	(4.767)
Outras receitas e despesas operacionais	(23)	(21)
Total	<u>(1.475)</u>	<u>(20.318)</u>

(a) Refere-se à compra de energia elétrica do consórcio CESTE, nos termos estabelecidos em contrato.

(b) Refere-se a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, por meio da extensão do prazo de concessão do Uso do Bem Público (UBP) em 5 anos, no montante de R\$18.651 conforme Nota 1. Este reconhecimento foi reconhecido no mercado pelas energéticas na rubrica de custos das vendas quando da extensão, após avaliação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (explicação na Nota 1), de tal sorte que seu efeito fez com que os custos das vendas ficassem credores em 2021.

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta	46.609	46.609	45.092	45.092
Percentual do lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	3.729	5.593	3.607	5.411
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	933	503	902	487
Receita financeira (*)	1.701	1.701	628	628
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	425	153	156	57
10% adicional de imposto de renda	(24)	-	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício	1.334	656	1.034	544

(*) Refere-se ao valor de receita financeira bruta, antes dos impostos aplicáveis (PIS/COFINS), sendo que o valor líquido das receitas financeiras é de R\$1.639 em 31 de dezembro de 2021 (R\$604 em 31 de dezembro de 2020).

15. Resultado por ação

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

Ações	31/12/2021		
	ON	PN	Total
Numerador			
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	10.579	31.734	42.313
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações no início do período	146.769.168	34.828.317	181.597.485
Quantidade de ações no final do período	146.769.168	34.828.317	181.597.485
Média ponderada de ações	146.769.168	34.828.317	181.597.485
Lucro por ação (em R\$) – básico e diluído	0,0721	0,9112	0,2330

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Resultado por ação--Continuação

Ações	31/12/2020		Total
	ON	PN	
Numerador			
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	5.369	16.109	21.478
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações no início do período	146.769.168	34.828.317	181.597.485
Quantidade de ações no final do período	146.769.168	34.828.317	181.597.485
Média ponderada de ações	146.769.168	34.828.317	181.597.485
Lucro por ação (em R\$) – básico e diluído	0,0366	0,4625	0,1183

16. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras.

Níveis de hierarquia dos instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	2021	2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (nível 2) - Nota 4	40.771	29.351
Títulos e valores mobiliários (nível 2) - Nota 5	694	691
Custo amortizado:		
Partes relacionadas - Nota 8	11.752	11.048
Passivos financeiros		
Custo amortizado:		
Fornecedores	545	382
Passivos de arrendamento	27	37
Partes relacionadas e dividendos a pagar - Nota 8	14.754	3.437

Estreito Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos a variações do CDI é conforme segue:

Operação	Risco	Cenários		
		1	2	3
Exposição a índices variáveis				
CDI	Queda do índice	4.804	3.603	2.402

O cenário I reflete as expectativas para 360 dias, a partir da data do balanço, conforme indicadores disponibilizados no mercado financeiro (fonte: BM&F) para cálculo dos valores futuros de tais operações, sendo 11,59 a.a. para o Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O cenário I representa as melhores estimativas da Administração, considerando as informações disponíveis no momento de encerramento das demonstrações financeiras. O cenário II considera uma queda no índice de 25%, e o cenário III, de 50%.

17. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	2021	2020
Adição de intangível sem efeito caixa (atualização do Direito de Concessão UBP CESTE)	2.820	409
Adição de intangível sem efeito caixa (repactuação do risco hidrológico-UBP CESTE) - Nota 1	18.651	-

18. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

Em 28 de março de 2022, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.